



Jorge Augusto Bahia  
Reinaldo Alves de Miranda

# ALFABETIZAR JOVENS, ADULTOS E IDOSOS:

UM DESAFIO CONSTANTE NO  
SISTEMA EDUCACIONAL  
BRASILEIRO



2022

Jorge Augusto Bahia  
Reinaldo Alves de Miranda

# ALFABETIZAR JOVENS, ADULTOS E IDOSOS:

UM DESAFIO CONSTANTE NO  
SISTEMA EDUCACIONAL  
BRASILEIRO



2022

2022 by Editora e-Publicar  
Copyright © Editora e-Publicar  
Copyright do Texto © 2022 Os autores  
Copyright da Edição © 2022 Editora e-  
Publicar  
Direitos para esta edição cedidos  
à Editora e-Publicar pelos autores

**Editora Chefe**

Patrícia Gonçalves de Freitas

**Editor**

Roger Goulart Mello

**Diagramação**

Dandara Goulart Mello

Roger Goulart Mello

**Projeto gráfico e Edição de Arte**

Patrícia Gonçalves de Freitas

**Revisão**

Os autores

**ALFABETIZAR JOVENS, ADULTOS E IDOSOS: UM DESAFIO CONSTANTE  
NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO.**

Todo o conteúdo desta obra, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

**Conselho Editorial**

Adilson Tadeu Basquerote Silva - Universidade Federal de Santa Catarina

Alessandra Dale Giacomini Terra - Universidade Federal Fluminense

Andréa Cristina Marques de Araújo - Universidade Fernando Pessoa

Andrelize Schabo Ferreira de Assis - Universidade Federal de Rondônia

Bianca Gabriely Ferreira Silva - Universidade Federal de Pernambuco

Cristiana Barcelos da Silva - Universidade do Estado de Minas Gerais

Cristiane Elisa Ribas Batista - Universidade Federal de Santa Catarina

Daniel Ordane da Costa Vale - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Danyelle Andrade Mota - Universidade Tiradentes

Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco

Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina

Diogo Luiz Lima Augusto - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Edilene Dias Santos - Universidade Federal de Campina Grande

Edwaldo Costa - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Elis Regina Barbosa Angelo - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Érica de Melo Azevedo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Ezequiel Martins Ferreira - Universidade Federal de Goiás

Fábio Pereira Cerdera - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Francisco Oricelio da Silva Brindeiro - Universidade Estadual do Ceará

Glaucio Martins da Silva Bandeira - Universidade Federal Fluminense



**2022**

Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz  
Inaldo Kley do Nascimento Moraes - Universidade CEUMA  
Jaisa Klauss - Instituto de Ensino Superior e Formação Avançada de Vitória  
Jesus Rodrigues Lemos - Universidade Federal do Delta do Parnaíba  
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Jose Henrique de Lacerda Furtado - Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Jordany Gomes da Silva - Universidade Federal de Pernambuco  
Jucilene Oliveira de Sousa - Universidade Estadual de Campinas  
Luana Lima Guimarães - Universidade Federal do Ceará  
Luma Mirely de Souza Brandão - Universidade Tiradentes  
Marcos Pereira dos Santos - Faculdade Eugênio Gomes  
Mateus Dias Antunes - Universidade de São Paulo  
Milson dos Santos Barbosa - Universidade Tiradentes  
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará  
Rafael Leal da Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Rodrigo Lema Del Rio Martins - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B151a

Bahia, Jorge Augusto

Alfabetizar jovens, adultos e idosos: um desafio constante no sistema educacional brasileiro / Jorge Augusto Bahia, Reinaldo Alves de Miranda. - Rio de Janeiro: e-Publicar, 2022.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5364-158-7

DOI 10.47402/ed.ep.b202218890587

1. Educação de jovens e adultos. 2. Alfabetização. I. Bahia, Jorge Augusto. II. Miranda, Reinaldo Alves de. III. Título.

CDD 374

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166

**Editora e-Publicar**

Rio de Janeiro, Brasil

contato@editorapublicar.com.br

www.editorapublicar.com.br



**2022**

## **Apresentação**

É lamentável escutar, entre alguns professores – seja nos espaços da escola, seja muito mais fora dela – a frase “Eles Jamais Aprenderão”, uma tradução para o já conhecido acrônimo EJA. Trata-se, claramente, de uma “piada” de mau gosto, na qual se denota o descaso diante de uma modalidade de ensino que busca, sobretudo, reparar uma falha histórica do sistema educacional do Brasil, na medida em que grande parte da população de jovens, adultos e idosos ficaram alheios aos processos de aprendizagem desenvolvidos pela escola, necessitando resgatar o tempo não dedicado à expansão do conhecimento, embora tenham lançado mão de outros saberes a partir das múltiplas inteligências das quais todo ser humano é dotado.

Se, por um lado, a ausência de credibilidade por parte do docente constitui-se em um entrave no percurso do ensino-aprendizagem com jovens, adultos e idosos (EJA), por outro lado, a baixa autoestima e, logo, o descrédito no próprio potencial, advêm desses mesmos estudantes. Aliado a isso, observa-se que as políticas públicas direcionadas tanto à Educação de Jovens e Adultos (EJA) quanto ao programa Todos pela Alfabetização (TOPA) ainda não concretizaram as suas propostas de erradicar o analfabetismo e atingir a transformação do homem pelo viés da alfabetização, um sonho perseguido por Paulo Freire, cujo legado, nos últimos tempos, tem sido alvo de críticas, sendo atacada a sua dignidade por grupos políticos extremistas do País.

Entendemos que o maior desafio é transformar a aprendizagem desses alunos, indo além do “analfabetismo funcional”, ou seja, não basta escrever e ler algumas palavras, para afirmar que as políticas públicas de alfabetização tenham cumprido o seu papel nesse contexto. Mais que isso, é fundamental aguçar neles a criticidade



diante das informações recebidas, para que estas não sejam tão somente engolidas com a passividade dos que têm medo de se mostrar e as aceitam como verdades absolutas. Ao contrário, que a leitura feita por nossos alunos da EJA e do TOPA seja degustada por meio da capacidade de análise e de contestação, se for necessário, o que se constituirá em uma leitura ativa, aquela realizada tendo por base a reflexão.

Por isso a noção de letramento é contemplada por essa habilidade de leitura e escrita dotada de significados aplicados ao cotidiano dos alunos, trazendo mais uma vez o olhar freiriano e dos adeptos de sua pedagogia, ao afirmarem que os alunos - e aqui, de modo especial, os que frequentam os programas citados - necessitam e desejam dominar práticas de escrita e leitura utilitárias, para exercitarem efetivamente a cidadania, enfrentando e solucionando as problemáticas do seu entorno em uma sociedade pautada pela complexidade.

A nossa expectativa é que as ideias aqui expostas darão suporte a novas leituras e outras possíveis reflexões.

Os autores.

## Resumo

Aborda o cenário da Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil, na perspectiva de uma alfabetização pelo Letramento. Traça o panorama dessa problemática no País, considerando o seu percurso histórico na educação, marcado pelo desinteresse dos governos, haja vista a ausência de uma política pública que proponha soluções diante das questões que envolvem o analfabetismo. Apresenta a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Programa Todos pela Alfabetização (TOPA), ambos criados com base no método de Paulo Freire, sendo caracterizados pelas práticas de letramento, com um modelo de ensino-aprendizagem que se aproxima da realidade de jovens, adultos e idosos os quais não tiveram acesso à escola no tempo adequado. A alfabetização desses indivíduos é um avanço no processo de inclusão pelo sistema educacional, na medida em que visa à sua integração com a sociedade letrada, além de garantir o crescimento intelectual e ampliar saberes para o mundo do trabalho. Daí constituir-se em um constante desafio, o de garantir o ingresso e a permanência desses sujeitos de direito, fazendo assim valer a Constituição Federal de 1988, que prega o acesso à educação para todos os brasileiros.

**Palavra-chave:** Alfabetização; Letramento; Educação de Jovens, Adultos e Idosos; Programa TOPA.

## **Abstract**

It addresses the scenario of Literacy for Youth, Adults and Elderly in Brazil, from the perspective of literacy through Literacy. It outlines the panorama of this problem in the country, considering its historical path in education, marked by the disinterest of governments, given the absence of a public policy that proposes solutions to the issues involving illiteracy. It presents the Youth and Adult Education modality (EJA) and the Todos pela Alfabetização program (TOPA), both created based on Paulo Freire's method, being characterized by literacy practices, with a teaching-learning model that approaches reality of young people, adults and the elderly who did not have access to school at the right time. The literacy of these individuals is an advance in the process of inclusion by the educational system, as it aims at their integration with the literate society, in addition to guaranteeing intellectual growth and expanding knowledge for the world of work. Hence, it constitutes a constant challenge, to guarantee the entry and permanence of these subjects of law, thus enforcing the Federal Constitution of 1988, which preaches access to education for all Brazilians.

**Keyword:** Literacy; Literacy; Youth, Adult and Elderly Education; TOPA program.



## Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>5</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>7</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>8</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>A Alfabetização de Jovens e Adultos no Contexto Histórico Brasileiro.....</b>	<b>11</b>
<b>A Redemocratização e os Novos Movimentos de Alfabetização no Brasil.....</b>	<b>14</b>
<b>Entendendo o Letramento.....</b>	<b>16</b>
<b>Programa Topa: Um aliado na Educação de Jovens, Adultos e Idosos .....</b>	<b>18</b>
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>20</b>
<b>Referências.....</b>	<b>22</b>

## Introdução

Na história do Brasil, é possível perceber as dificuldades encontradas na modalidade de ensino conhecida como Educação de Jovens e Adultos, incluindo os idosos, desde a época em que os jesuítas eram responsáveis pela educação, até os dias de hoje. De acordo com Ribeiro (1997), ideias preconceituosas sobre adultos analfabetos foram criticadas, na medida em que seus saberes e capacidades foram reconhecidos.

Para tanto, contribuíram também teorias mais modernas da psicologia que desmentiam postulados anteriores de que a capacidade de aprendizagem dos adultos seria menor do que a das crianças. Daí iniciou-se uma jornada na perspectiva de garantir a esses indivíduos o direito à aprendizagem, independentemente da faixa etária em que se encontrem, fazendo surgirem modalidades de ensino como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e programas como o Todos pela Alfabetização (TOPA), os quais serão abordados no presente estudo.

No dizer de Xavier (2011), a alfabetização e o ensino têm que fazer sentido na vida dos indivíduos envolvidos, e para isso é necessário que sejam introduzidos os hábitos da leitura, e da escrita no cotidiano, para uma eficaz alfabetização. Nesse caso, o método que tem se mostrado mais aceito pelos alfabetizadores e alunos é o da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por se tratar de um modelo que valoriza os saberes prévios dos estudantes, ao utilizar práticas sociais, desenvolvendo uma didática pautada na crítica e na reflexão.

Essa modalidade de ensino tem o olhar voltado para as classes sociais, ou seja, grupos sociais de uma classe economicamente baixa, pessoas que apresentam uma certa desconfiança quando se fala de escola, ou por não terem oportunidade quando crianças ou por terem sido evadidos. São jovens e adultos que já possuem uma experiência de vida, são sujeitos que trabalham pela sobrevivência, sendo grande parte deles habitantes das localidades rurais, o que deixaram a zona rural para melhorarem de vida na cidade grande. Diante disso, são frequentemente excluídos pela sociedade, pois esta ainda acredita que seus saberes suas experiências nada servem para contribuir na construção e desenvolvimento do País.

Outro grande desafio da educação de jovens e adultos é que sua realidade encontra-se desconhecida pelos educadores, que não levam em consideração essa especificidade no processo de ensinar e aprender. Emerge daí a necessidade de que os sistemas educacionais reconheçam o valor desses sujeitos, que o professor esteja atento às particularidades desses “novos alunos”, valorizando sua experiência de vida, seus conhecimentos dentro e fora da escola, sendo mediadores nessa busca pela autonomia difundida por Paulo Freire (2002), possibilitando-lhes alcançar a dignidade de sujeitos de direito, pelo viés da educação.

## **A Alfabetização de Jovens e Adultos no Contexto Histórico Brasileiro**

O início dos programas voltados à educação de jovens e adultos no Brasil começou no período colonial no ano de 1549, quando os jesuítas chegaram ao Brasil. É nesse período que se iniciam os trabalhos de catequização e ministração de aulas aos índios adultos e para habitantes que possuíam muitos bens na colônia. Mas é a partir do ano 1759, ou seja, no período pombalino, que a educação de Jovens e Adultos começa a passar por desafios, pois o Marquês de Pombal Sebastião José de Carvalho e Melo expulsa os jesuítas, com isso pouca coisa restou da prática educativa.

Somente anos depois, a partir do Governo Vargas, em especial após a promulgação da Constituição de 1934, é que, por meio da Carta Magna, se instituiu a obrigatoriedade do ensino primário a todos os brasileiros, mas com o golpe do Estado Novo, Getúlio Vargas rasga a constituição e anula todos os avanços conseguidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Antes disso, em 1938, foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e dele surgiu, em 1942, o Fundo Nacional do Ensino Primário, que veio preparar o caminho para a implantação do Ensino Supletivo para Adultos e Adolescentes. Toda essa movimentação educacional surgiu após a Segunda Guerra Mundial, com o aviso de urgência, lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU), convocando os povos para a paz e a democracia, o que viria a contribuir para a Educação de Jovens e Adultos.

No cenário brasileiro, porém, historicamente a Educação de Jovens e Adultos nasce da união e do compromisso estabelecido entre a alfabetização e a educação popular. Trata-se de uma educação concebida como um processo de grande extensão e profundidade, destinando-se a grandes contingentes populacionais, ao mesmo tempo em que contribuísse para que essas pessoas voltassem a acreditar na possibilidade de mudança e melhoria de suas vidas, ao poderem “ler o mundo e, ao lê-lo, transformá-lo” (FREIRE, 1976).

Diversas campanhas foram criadas para acabar com o analfabetismo, entre elas a de 1947 que alimentou a reflexão e o debate em torno do analfabetismo e a educação de jovens e adultos no Brasil. No ano de 1949 aconteceu o Seminário Internacional de Educação de Adultos, que incentivava a criação da Missão Rural de Educação de Adultos, o que deu origem à campanha de Educação Rural, com o objetivo de combater a “doença do analfabetismo” que assolava o País.

O Ministério de Educação lançou o Primeiro Guia de Leituras, que era distribuído para todas as escolas supletivas do país, esse método era para ensinar o aluno a aprender a ler separando as sílabas, método silábico, e eram usadas palavras chaves que eram selecionadas previamente, de acordo com suas características fonéticas. Essa campanha foi muito criticada por vários setores da educação, que a achavam superficial e inadequada para os jovens e adultos, isso já em 1950.

Somente no ano de 1996 é promulgada a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), com a atenção devida à modalidade Educação de Jovens e Adultos, conforme está descrito na Seção V da Educação de Jovens e Adultos:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

(...)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Mesmo com o texto legal assegurando vários direitos para que o jovem e o adulto continuem na escola, ainda são grandes os desafios que essas pessoas encontram para se sentirem, de fato, sujeitos de direito.

Todo esse recente cenário foi marcado pela figura de Paulo Freire<sup>1</sup>, grande educador nordestino, a referência no Brasil, na área da alfabetização e educação. No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, Freire lançou o Plano Nacional de Educação (PNE), que teve a participação de estudantes, sindicatos e de outros grupos progressistas que faziam parte do desejo de mudanças políticas do começo da década de 60.

A consagração do método pedagógico de Paulo Freire ocorreu em 1963, época em quase metade da população adulta era analfabeta, realizando a famosa experiência em Angicos, no Rio Grande do Norte, em que Paulo Freire, a convite do governador Aluizio Alves, alfabetizou 300 adultos, cortadores de cana, em 40 horas de aulas distribuídas ao longo de 45 dias. As ideias de Paulo Freire não dialogam com o reacionarismo do governo da época, e assim o Plano Nacional de Educação foi interrompido em 1964, após o golpe militar.

---

<sup>1</sup> Paulo Freire é o criador do Plano Nacional de Alfabetização, há mais de cinquenta anos, método que foi utilizado como um sistema de educação popular no governo do Presidente João Goulart, e que até hoje percebe-se a sua atualidade. É considerado um dos grandes pensadores brasileiros e da pedagogia mundial. Foi educador, pedagogo e filósofo, sendo o grande influenciador do movimento chamado pedagogia crítica.



## A Redemocratização e os Novos Movimentos de Alfabetização no Brasil

No início da década de 1980, iniciou-se no Brasil uma campanha contra o analfabetismo, principalmente no Norte e Nordeste do Brasil, pois era necessário remover essa mancha de atraso educacional do País. Sabe-se que a história da educação do Brasil passou por várias etapas e mudanças, e segundo alguns pesquisadores do assunto, essas transformações advêm dos diferentes contextos socioeconômicos, culturais e políticos que tem passado o País.

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que se propõe, conforme Pereira (2005, p. 24), é que “(...) de acordo com esse modelo, deve-se falar não em letramentos, porque, dadas as condições políticas, sociais, culturais, econômicas e pessoais diferenciadas de aquisição e de uso da língua escrita, o estado ou condição das pessoas também será diferente”.

Pereira (2005, p.22) complementa:

Na busca de fazer uma alfabetização de adultos que leve, efetivamente, ao domínio da linguagem escrita e não só de tecnologias e buscando inserir, de modo mais completo, o jovem e o adulto no mundo da escrita, as experiências tomam consistências diferentes e vão construindo novos paradigmas.

Apesar do progresso da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil não se tem uma administração na educação realista para campos da EJA. “Na história de nosso país, inexistem políticas públicas consistentes e articuladas voltadas para ações afirmativas de educação dos adultos”. (LEITE, 2013, p.63).

O pensamento de Leite coaduna com a opinião de que existe um desinteresse nas gestões públicas quando o assunto é erradicar o analfabetismo, o que só tem ampliado o abismo social entre os indivíduos letrados e aqueles que não tiveram acesso ao letramento, os quais passam a ser um problema social.

O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção do de educação popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras. Uma destas exigências tem que ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular. (FREIRE, 2001, p.16).

Leite (2013) enfatiza que esta modalidade de ensino é formada por homens e mulheres marcados pelo insucesso escolar, sentindo-se, pois, inferiorizados e excluídos das práticas sociais que envolvem o conhecimento da escrita e da leitura. O que é ratificado por Romanzini (2010), ao afirmar que, na atualidade, os alunos que estão inseridos na educação de adultos, buscam constantemente garantir o emprego para a sua sobrevivência.

Será necessário um esforço bem maior do que sido feito na esfera educacional. É fato que uma sociedade com uma população analfabeta contribui para o atraso econômico. E isso somente será solucionado se forem criadas políticas públicas sérias, não eleitoreiras, mas estruturais, que deem conta de entender para atender a uma demanda tão antiga.

Há necessidade de se estabelecer padrões de qualidade do ensino do ensino-aprendizagem, há necessidade de mensuração da eficiência dos sistemas educativos, mas, para se chegar a resultados concretos em educação, um grande conjunto de indicadores de qualidade deve ser levado em conta: a qualidade tem fatores extraescolares e intraescolares; é preciso também considerar outros critérios subjetivos, sempre deixados de lado, mas que podem ser dimensionados intencionalmente. (GADOTTI, 2010, p.17).

Existe ainda todo um critério que deve ser observado no ensino da EJA, pois não adianta somente haver políticas públicas voltada para estabelecer garantias nessa modalidade de ensino, se de fato elas só existirem no papel. A postura deve ser diferenciada, pautada em diagnósticos e em compromissos com o processo de escolarização dos jovens e adultos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) trouxe uma oportunidade para muitas pessoas que já não tinham mais esperança de aprender uma das coisas fundamentais para o sujeito, ler e escrever. Segundo Xavier (2011), “o aprender nunca é limitado e está em constante evolução”. E isso é necessário para que tenhamos uma “nação justa, humana e igualitária”, sendo preciso capacitar o povo para o “uso da informação escrita”. Assim, o papel da EJA é difundir essa finalidade junto aos educandos, fazendo com que eles acreditem que, somente através da leitura e da escrita, poderão se sentir inseridos como cidadãos com capacidade de disputar no mesmo patamar de igualdade com os alfabetizados, além de formarmos uma sociedade mais justa e igualitária.

## Entendendo o Letramento

Enfatizamos aqui o objetivo do nosso trabalho, que é investigar acerca da alfabetização de jovens, adultos e idosos, através desses métodos mais eficazes e modernos, sempre na perspectiva do aprendizado da leitura e da escrita como instrumentos que tenham sentido para a vida, ao que conhecemos como Letramento.

Xavier (2011, p.126) faz a seguinte abordagem:

A definição do termo Letramento requisita uma compreensão que vai além do aprender a ler e a escrever, pois este processo é longo e precisa ser aprofundado. A alfabetização e o letramento têm o seu papel na formação de cidadãos. Essas práticas são mais usadas na Educação de Jovens e Adultos que, se valem de métodos de ensino que valorizam o que o aluno já sabe e o contexto no qual vai utilizar o seu aprendizado.

O letramento é a combinação de ensinar ou de aprender a ler e a escrever. De acordo com Soares (2006, p. 18), é “o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”. Percebe-se, então, que o letramento é a forma pela qual o sujeito, por meio da leitura e da escrita, se vê integrado ao ambiente social.

Necessário ressaltar, que não é apenas o saber ler e escrever, pois isso não garante a integração do indivíduo na sociedade. Desse modo ficarão conhecidos como “analfabeto funcional”, isto é, são alfabetizados, mas não conseguem participar da sociedade letrada, pois aprenderam a ler e a escrever, sem desenvolverem a prática da leitura e da escrita, não sabendo usá-las na comunicação social, deixando de poder utilizar esse importante instrumento, para ser inserido na sociedade como cidadão de pleno de direito.

É comum em nossa sociedade existirem pessoas que não são analfabetos, ou apenas sabem escrever o próprio nome, mas recebem cartas e dita-as também, como crianças que ainda não foram alfabetizadas, mas brincam com livros e revistas, fingindo ler, e rabiscam papéis, desenhando coisas abstratas. Estas são considerados letrados.

[...] Um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado economicamente, mas se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se interessa em ouvir a leitura de jornais, feita por alfabetizados, se recebe cartas,

que outros leem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva (...)se pede a alguém que lis leia avisos ou indicações afixadas em algum lugar, logo, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita. Da mesma forma, a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda 'analfabeta' (...), mas já penetrou no mundo do letramento, já é, de certa forma letrada. (SOARES. 2006. 24)

Observa-se que existe aí uma certa incongruência. Se a sociedade só abraça os indivíduos que dominam a escrita e a leitura, excluindo os demais, como são inseridos estes citados acima? A resposta vem de Tfouni (2004. p.27):

(...) a explicação não está em ser ou não alfabetizado, enquanto indivíduo. Está sim em ser, ou não, letrada a sociedade nas quais esses indivíduos vivem. Mais que isso: está na sofisticação das comunicações, dos modos de produção das demandas cognitivas pelas quais passa uma sociedade como um todo quando se torna letrada, e que irão inevitavelmente influenciar aqueles que nela vivem alfabetizados ou não.

Segundo Matencio (2005. p.46-47), para que o indivíduo adquira conhecimento, é necessário adquirir o hábito da leitura, “pois o saber é poder na era do conhecimento e da informação. E o letramento tem esse papel transformador na sociedade”. O que se percebe dessas práticas sociais é o fato de contribuírem para a inserção do indivíduo na sociedade, sendo o letramento o grande responsável por isso, devido a sua continuidade infinita, ou seja, o sujeito será um eterno letrado.

Para Kleiman. (2008. p. 126). “É preciso romper com o artificialismo imposto às práticas pedagógicas costumeiramente desenvolvidas nas salas de aula, de modo que (...) os alunos possam dominar práticas de escrita e leitura que lhes sejam úteis ao efetivo exercício de cidadania, permitindo-lhes operar com informações, ao discutirem questões relativas aos complexos movimentos de uma sociedade em mudança”.

Inferimos que o letramento, por si só, não faz o aprendizado de um aluno; o papel de educar não cabe somente à escola. Isso porque os professores vivem muitas vezes em contextos diferentes do aluno, e para haver uma formação educacional satisfatória, é necessário que esses indivíduos aprendam o tempo todo, no cotidiano, ao tomar um transporte, ao comprar um produto, ao ler uma bula, enfim, a vida para eles será um eterno aprendizado.

Em tempos remotos, conceituava-se a alfabetização como a “aquisição da língua (oral e escrita), sem um aprofundamento e uma reflexão sobre o contexto de vida no qual o indivíduo estava inserido” (XAVIER, 2011). Explica esse autor que uma boa alfabetização faz com que o indivíduo progrida em todos os sentidos “de sua vida”, aja vista, que poderá dominar com segurança a leitura e a escrita e que a alfabetização correta produz novas perspectivas, “históricas, antropológicas, sociolinguística, psicológica, discursiva, textual, entre outras”.

Um dos objetivos do letramento é enfatizar o hábito da leitura desde a mais tenra idade, observa-se que os países mais desenvolvidos têm como objetivo priorizar a educação como alavanca para diminuir as desigualdades sociais. Como bem disse Xavier. “Todos têm direito ao saber, pois o mesmo transforma os indivíduos”. E para isso só o hábito da leitura sistematicamente poderá alcançar o verdadeiro objetivo.

## **Programa Topa: Um aliado na Educação de Jovens, Adultos e Idosos**

Mesmo com grande esforço por parte do governo da Bahia e da sociedade civil, não foi possível baixar o índice de evasão, repetência e abandono escolar, nas escolas do Estado e de todo o país, o que tem contribuído para aumentar o número de jovens, adultos e idosos na fila dos analfabetos e dos analfabetos funcionais.

Nesse sentido, Andrade; Santos e Nascimento (2009), ao apresentarem o Relatório das Experiências do Programa Todos Pela Alfabetização (TOPA) no Estado da Bahia, asseveram que “a educação de jovens, idosos e adultos sempre ocupou papel de pouca relevância no âmbito das políticas desenvolvidas pelo Estado”. Os autores apontam como causas desse fenômeno “a ausência ou a deficiência do uso adequado da escrita por parte significativa da população com idade acima de 15 anos”, sendo que tal deficiência contribui para a manutenção da desigualdade social, que marca de forma indelével a sociedade brasileira. Dialogamos com a visão desses estudiosos, ao pontuarem que, “afinal, ler, compreender e escrever são habilidades humanas que definem e estabelecem as relações de poder e a participação/exclusão da sociedade”.

Pensando em uma forma ou modelo para resolver este problema, o governo federal lançou o Programa Brasil Alfabetizado. O governo da Bahia aderiu, e em 2007



alfabetizou 100 mil pessoas. Esse programa passou a se chamar Programa Todos Pela Alfabetização (TOPA), cujo o objetivo era promover a educação para jovens, adultos e idosos de toda a Bahia, com isso garantindo a oportunidade de ingresso e evitar a evasão das escolas. Para isso viu-se a necessidade de criar um programa que primasse pelo incentivo à leitura e, conseqüentemente, à escrita.

A principal finalidade do TOPA era inserir a população de jovens de 15 anos em diante, os quais abandonaram os estudos e àqueles que, devido às circunstâncias, ainda não tiveram oportunidade de estudar, de modo que pudessem contar com um ensino de qualidade, mas ao mesmo tempo que os atraísse para a sala de aula.

Para tanto, foram criadas unidades com “apoio de entidades governamentais e não-governamentais, sindicatos, associação de moradores, entidades religiosas, bem como instituições de ensino superior, que atuam como Unidade Formadora. (ANDRADE; SANTOS; NASCIMENTO, 2009)

O objetivo dessas Unidades Formadoras era formar profissionais capacitados para atuarem como alfabetizadores, coordenadores de turma, intérpretes de libras e sinais, como também manter sempre o contato com os estudantes, para melhor avaliar o trabalho individual, nos municípios em que são responsáveis.

A princípio as atividades foram divididas, como explicam os pesquisadores, em duas etapas: a primeira com 40 horas e a segunda com 20 horas. Explicam ainda que o projeto foi baseado na Pedagogia de Paulo Freire, já mencionado neste artigo, “compreendendo a alfabetização de jovens, adultos e idosos como um processo imprescindível na construção da cidadania e da liberdade do homem”, por ser esse o pensamento freiriano.

Quanto ao conteúdo, era necessário pensar em temas geradores, que pudessem, como na visão de Paulo Freire, aproximar a escola da vida, do cotidiano, conforme explicam os autores supracitados:

O conteúdo contemplou prática e teoria, estabelecendo um diálogo imediato entre educadores participantes e o mundo das letras, com o objetivo de permitir a ele a condição de autonomia, o que normalmente, não lhe é permitida no processo ensino-aprendizagem, ou seja, da autonomia de dialogar com o universo dos seus alfabetizados, possibilitando-lhes ler e

escrever sobre sua história, sua cultura, seu mundo. (ANDRADE; SANTOS; NASCIMENTO (2009, p. 29)

Outros aspectos foram pontuados, tais como: “o diálogo e a teoria, a politização do alfabetizando, além da alfabetização como um processo que vai da observação à reflexão, da reflexão à readmiração, da readmiração à ação, e que resulte na iminência de indivíduos politizados e conscientes do seu papel na sociedade”. (ANDRADE; SANTOS; NASCIMENTO (2009)

Um dado interessante de se observar no relatório é que a maioria dos alfabetizadores das regiões abrangidas no estado da Bahia, era formada de mulheres, levando a crer que, em muitos locais, a educação ainda é função da mulher, enquanto o sustento da família cabe ao homem. Outra hipótese é de que as mulheres têm um índice de escolaridade maior que o homem. Além de contar o índice de desemprego maior entre as mulheres e portanto, mais propensas a aceitar um valor de pagamento de uma bolsa de metade do salário mínimo.

Outra observação é a predominância de afrodescendentes, o que não é surpresa, pois o estado da Bahia tem a maior concentração de negros e pardos do país. A exigência para a matrícula no curso era de acima dos 18 anos e com Ensino Médio completo, porém, diante da dificuldade de encontrar candidatos com esse perfil, e em localizações tão longínquas, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC) autorizou o ingresso no TOPA aos que ainda estavam cursando o Ensino Médio, e menores de 18 anos, desde que demonstrassem a habilidade e competência para o exercício do magistério, logo seria também capazes de transmitir o conhecimento a sujeitos analfabetos ou analfabetos funcionais.

## Considerações Finais

O objetivo dessa pesquisa, foi sempre fazer um comparativo entre alguns métodos de alfabetização para jovens, adultos e idosos, procurando fazer um comparativo entre os métodos mais usados nos últimos anos, o TOPA e EJA, na busca de um melhor aperfeiçoamento na difícil missão de transformar pessoas em cidadãos partícipes da sociedade como um todo.

É necessário serem feitas mais pesquisas com a finalidade de se encontrar uma forma de despertar no aluno o desejo de permanecer em sala de aula, além de mais relatórios e pressão sobre as secretarias de educação para que sejam efetivamente normatizados os complementos imprescindíveis, como o escolas aparelhadas com mesas, cadeiras, lousa, giz, material escolar, lápis, cadernos, livros didáticos, água potável, transporte para os que vivem em zonas rurais, e outros artigos necessários para um bom desempenho do professor e dos alunos.

Não se pode prescindir da contínua formação dos profissionais da área, e do professor mediador que deve estar buscando continuamente o aperfeiçoamento e buscando novas propostas de ensino para somar ao conhecimento adquirido. A maior preocupação par nós educadores brasileiros, são os problemas de ordem política, tais como, passe e repasse de verbas para a adequada formação dos professores, coordenadores e como já dito acima as instalações, transportes, etc.

Não podemos esquecer que o trabalho de alfabetização tem que ser contínuo e com acompanhamento para os jovens, adultos e idosos que foram beneficiados pelo programa.

As mudanças de governos sempre com novos governadores, prefeitos, vereadores, políticos em geral, tornam-se uma eterna ameaça aos programas de educação no Brasil, além das constantes mudanças nos programas de alfabetização.

É necessário que os responsáveis pelos setores de educação fiquem sempre em alerta para que os ganhos obtidos nos governos anteriores não sejam retirados e congeladas as verbas destinadas a tão importante empreendimento que é, a lapidação e introdução na sociedade de novos cidadãos com capacidade de ouvir, pensar, debater e opinar sobre a vida e as questões sociais que o rodeia. Levantando a sua autoestima e fazendo com que se sinta integrado no meio em que vive.

A Constituição Brasileira garante à população o acesso ao sistema educacional da rede pública, e que dotado de qualidade, recursos materiais, transporte, merenda e formação em nível superior de professores para todas as etapas de ensino. Logo, trata-se de um direito constitucional, cabendo aos gestores públicos a elaboração de políticas públicas que deem conta de atender a uma demanda tão importante.

## Referências

- ANDRADE, Maria Antônia Brandão de; SANTOS, Mônica Celestino; NASCIMENTO, Renato dos Santos;; Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado na Educação de Jovens e Adultos: um relato das experiências do Programa Todos pela Alfabetização (TOPA) no Estado da Bahia. **Cadernos ANPAE**, v. 8, p. 207, 2009.
- GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.
- KLEIMAM, Ângela, B. Modelos de Letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: **Os significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social**. Campinas. SP. Mercado de Letras. 1995.
- LEITE, Sérgio Antônio da Silva. **Afetividade e letramento na educação de jovens e adultos - EJA**. São Paulo: Cortez, 2013.
- NASCIMENTO, Sandra Mara. **Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Visão de Paulo Freire**. (Monografia) Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Paranavaí, 2013. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br>. Acesso em: 19 Mar 2021.
- MATENCIO Maria de Lourdes Meirelles. **(Re)textualização em Práticas Acadêmicas: um estudo do resumo**. 2002.
- PEREIRA, M. L. C. A Construção do Letramento na Educação de Jovens e Adultos. 1. Ed. 1 reimpr. Belo Horizonte: Autentica/FHC-FUMEC, 2005. P. 24
- RIBEIRO, V. M. (Org.) Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado de Letras/ ALB, 2001.
- SOARES. Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**, 2. ed. 11. Reipr. Belo Horizonte/FHC - FUMEC, 2005.
- TFOUNI. Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. 6. Ed. São Paulo: Cortez. 2004 (Coleção Questões de Nossa Época. V. 47).
- VAES, Katia Silva, PINHEIRO, Alexandra Santos, **Letramento e Extensão: Vivências**. 2010.
- VAL, M. G. C. Redação e Textualidade, 3ª ed. São Paulo. Martins Fontes. 2006.
- XAVIER, João Fabio David, Educação de Jovens e Adultos: Alfabetizar Letrando. **Revista Lugares de Educação - Bananeiras**, v 1. N. 1, p. 123 - 132. 2011. Disponível em <http://periódicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle>.

www.editorapublicar.com.br  
contato@editorapublicar.com.br  
@epublicar  
facebook.com.br/epublicar

Jorge Augusto Bahia  
Reinaldo Alves de Miranda

# ALFABETIZAR JOVENS, ADULTOS E IDOSOS:

UM DESAFIO CONSTANTE NO  
SISTEMA EDUCACIONAL  
BRASILEIRO



**2022**



www.editorapublicar.com.br  
contato@editorapublicar.com.br  
@epublicar  
facebook.com.br/epublicar

Jorge Augusto Bahia  
Reinaldo Alves de Miranda

# ALFABETIZAR JOVENS, ADULTOS E IDOSOS:

UM DESAFIO CONSTANTE NO  
SISTEMA EDUCACIONAL  
BRASILEIRO



**2022**